

# NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A POTENCIALIDADE DA COMUNICAÇÃO NA ARTICULAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO

## NOTIFICATIONS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN: THE POTENTIAL OF COMMUNICATION IN ARTICULATION OF RESEARCH AND EXTENSION

Alana Carolina Kopczynski 1  
Alexandra Lourenço 2  
Giovana de Andrade Erbs Casagrande 3  
Kátia Alessandra dos Santos 4

**Resumo:** Este texto pretende apresentar um relato de experiência a partir da articulação de um projeto de pesquisa e extensão que organiza a produção do conhecimento e ações relacionadas à notificação de casos de violência contra mulheres através do Sistema de Informações de Agravos e Notificação (SINAN). Para isso, discutimos a dimensão da ideia de comunicação, postulada por Paulo Freire, como inerente às práticas extensionistas, procurando dialogar com premissas do Feminismo Decolonial, que dão sustentação aos projetos aqui relatados. Por fim, concluímos o impacto que uma dimensão comunicativa tem no encontro com profissionais da rede de atendimento às mulheres, à medida em que respeita os saberes advindos da prática, de modo a serem construídas estratégias de visibilização do fenômeno da violência por meio do registro dos dados e do uso do instrumento ficha de notificação como estratégia de prevenção.

**Palavras-chave:** Estratégia de prevenção; SINAN; Projeto de extensão.

**Abstract:** This text intends to present an experience report based on the articulation of a research and extension project that organizes the production of knowledge and actions related to the notification of cases of violence against women through the Sistema de Informações de Agravos e Notificação (SINAN). To this end, we discuss the dimension of the idea of communication, postulated by Paulo Freire, as inherent to extensionist practices, seeking to dialogue with premises of Decolonial Feminism, which support the projects reported here. Finally, we conclude the impact that a communicative dimension has in the meeting with professionals from the women's care network, as it respects the knowledge arising from practice, in order to build strategies to make the phenomenon of violence visible through the recording of data and the use of the notification form instrument as a prevention strategy.

**Keywords:** Prevention Strategy; SINAN; Extension Project.

- 1 Graduada em História (UNICENTRO), Mestranda em História (PPGH-UNICENTRO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4529514876804870>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2418-1995>. E-mail: [alanacmk@gmail.com](mailto:alanacmk@gmail.com)
- 2 Doutora em Ciência Política (Universidade Nova de Lisboa). Atualmente é professora do departamento de História (UNICENTRO/I) e orientadora do projeto de extensão "Notificação de violência contra mulheres via SINAN: estratégia de prevenção". Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4078301899888144>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5626-138X>. E-mail: [giovanacpsi@gmail.com](mailto:giovanacpsi@gmail.com).
- 3 Graduada em Psicologia (UNICENTRO), residente em Urgência e Emergência (UFPR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4078301899888144>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5626-138X>. E-mail: [giovanacpsi@gmail.com](mailto:giovanacpsi@gmail.com).
- 4 Doutora em Psicologia (USP/Ribeirão Preto). Atualmente é professora adjunta do curso de Psicologia (UNICENTRO) e docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário (UNICENTRO). É coordenadora do projeto de extensão "Notificação de violência contra mulheres via SINAN: estratégia de prevenção". Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6545290412067757>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4706-6624>. E-mail: [kalexandra@unicentro.br](mailto:kalexandra@unicentro.br).

## Introdução

A problemática da violência contra as mulheres é algo que desafia a produção dos saberes no campo acadêmico e também as políticas públicas. Na área da saúde, a violência contra mulheres dada sua dimensão, é considerada problema de saúde pública (OPAS/OMS, 2018). Segundo o relatório do Conselho Nacional de Justiça (2023), no ano de 2022 foram registrados aproximadamente 641 mil processos de violência doméstica contra as mulheres. Apesar de os dados serem significativos, segundo Ferreira *et al* (2013) o fenômeno ainda é alvo de subnotificações, o que quer dizer que as estatísticas oficiais não representam a dimensão da violência doméstica contra mulheres no Brasil.

Assim, embora tenhamos muitas conquistas nesse campo, fruto de lutas de movimentos sociais e acadêmicos (Bandeira, 2014), ainda há dificuldades no estabelecimento de dados fidedignos que demonstrem a realidade do fenômeno. Sendo um problema que perpassa várias instâncias, sejam elas segurança pública, judiciário, assistência social, saúde, etc., não existe ainda um sistema unificado que congregue todos os registros dessas diferentes instâncias.

A promulgação da Política Nacional de Dados e Informações (PNAINFO) relacionados à violência contra as mulheres (Brasil, 2021), abre caminho à unificação dos dados. Esta legislação tem como um de seus principais propósitos a geração de informações que se destaquem pela disponibilidade, autenticidade, integridade e capacidade de comparação, abrangendo todas as formas de manifestações da violência contra as mulheres. Entretanto, trata-se de um sistema que ainda não se encontra implementado.

Carvalho, Laguardia e Deslandes (2022) apontam a existência de três sistemas de informação considerados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (PNEVM): Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema Nacional de Informações Estatísticas de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (SINESP) e a Central de Atendimento à Mulher (Disque 180). Não há comunicação entre esses sistemas intersetoriais, sendo que o que mais se aproxima de uma proposta de um sistema universal, podendo abranger todas as políticas públicas envolvidas é o SINAN, através da utilização da Ficha de Notificação Individual da Violência Interpessoal/Autoprovocada, já que a mesma pode ser preenchida não apenas nos serviços de saúde, mas também em outros serviços, como os que compõem a assistência social, estabelecimentos de ensino, conselho tutelar e etc.

Segundo a Nota Técnica nº 62/2022 (Brasil, 2022), esse sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) tem como objetivo sistematizar, coletar e disseminar dados que permitam conhecer a magnitude e a gravidade das violências no Brasil, além de fornecer subsídios para definição de políticas públicas, estratégias e ações de intervenção, prevenção, atenção e proteção às pessoas em situação de violência. Portanto, se apresenta como a principal forma de sistematização dos dados sobre violência, podendo englobar todos os setores que trabalham com o enfrentamento da violência contra as mulheres e construir dados epidemiológicos confiáveis acerca do fenômeno.

Tendo em vista a dimensão e complexidade da temática, este trabalho pretende apresentar um relato de experiência a partir da produção de conhecimentos e ações congregadas do projeto de extensão intitulado *Notificação de violência contra mulheres via SINAN<sup>1</sup>: estratégia de prevenção*, financiado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI/USF) e do projeto de pesquisa *Dimensões da violência contra as mulheres: mapeamento do fenômeno na região da Amcespar*, que têm por objetivo levantar dados de violência contra mulheres na região da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR<sup>2</sup>) e, paralelamente, promover encontros de formação para preenchimento das notificações de violência interpessoal contra mulheres, a fim de visibilizar o fenômeno na região. Os projetos são constituídos por equipe interdisciplinar formada por professoras, profissionais e estudantes das áreas da psicologia, história e engenharia ambiental.

A construção deste trabalho é fundamentada a partir dos pressupostos teóricos do Feminismo Decolonial, que tem como base o princípio da colonialidade como resultado dos processos hierárquicos de colonização e que interfere nas complexas relações sociais, sendo

<sup>1</sup> Sistema de Informação de Agravos de Notificação

<sup>2</sup> Associação composta pelos municípios de Irati, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Imbituva, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.

atravessado por marcadores de raça, classe, gênero e geopolítica (Lugones, 2014; Curiel, 2020)<sup>3</sup>.

Diante disso, e da necessidade de produzir práticas de pesquisa imbricadas com a extensão, sobretudo diante da temática que temos como objeto, tomamos como base as diretrizes extensionistas definidas pela FORPROEX (2012), que são: Interação dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão; Impacto na formação do estudante e Impacto na transformação social para analisar as ações desenvolvidas no referido projeto de extensão.

As diretrizes extensionistas foram significativamente influenciadas pelo pensamento do professor Paulo Freire (1985). O autor defende que a extensão universitária não pode partir daquilo que a dimensão semântica conduz, ou seja, um processo de “estender” os conhecimentos da universidade à comunidade. Ao contrário, advoga pela comunicação enquanto interação, ou seja, uma troca por meio do processo comunicativo. O professor enfatiza que o pensamento individual não pode ocorrer isoladamente, destacando a necessidade da co-participação de diferentes sujeitos no processo de reflexão sobre um determinado tema. Freire salientou que essa interação entre os sujeitos ocorre primariamente na comunicação (Freire, 1985).

Embora não partamos do mesmo referencial teórico, acreditamos que a dimensão comunicativa da qual prescindimos o autor, compreendida como algo que se faz de uma perspectiva eminentemente dialógica, alinha-se aos pressupostos dos estudos decoloniais que, conforme discutiremos a seguir, não separam e hierarquizam os conhecimentos e buscam a horizontalidade nos fazeres e na produção do conhecimento, buscando romper com uma lógica eurocêntrica.

## Aspectos metodológicos

Este trabalho se propõe a discutir as ações que vêm sendo desenvolvidas no projeto de extensão, o qual se articula também ao projeto de pesquisa já mencionado. O principal objetivo é promover encontros com a rede de proteção da política de Assistência Social e com profissionais do Sistema Único de Saúde, a fim de discutir métodos de prevenção e identificação da violência doméstica contra as mulheres por meio do preenchimento da ficha do SINAN. Dentre as/os profissionais, participam também representantes da educação e trabalhadoras/es do Conselho Tutelar.

Partimos do relato de experiência como metodologia, uma vez que se trata de modalidade que possibilita o diálogo com a multiplicidade da experiência das ações realizadas em articulação com a reflexão teórica. A experiência como objeto de estudo se coloca como uma fonte vasta de dados e análises (Daltro; Faria, 2019). Há também a concepção de que, em um contexto acadêmico, o relato de experiência valoriza o vivido, através da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

Esse olhar vai ao encontro das metodologias decoloniais, que compreendem a experiência vivida como um lugar privilegiado para produção de saberes, de modo que esse processo não deve estar desvinculado de uma ação sobre a realidade material. Curiel (2020) aponta ainda que essa outra forma de compreensão sobre a produção de conhecimento contribui para a proposição de saberes periféricos. Os métodos de pesquisa tradicionais, marcados por aquilo que se denomina “colonialidade do saber” (LANDER, 2005), consideram que o conhecimento é produzido a partir de uma neutralidade e são concebidos a partir da hegemonia de um saber específico, o que desconsidera os efeitos das pesquisas na realidade material (Martins; Benzaquen, 2017).

Tomando como base esses princípios teóricos, as ações do projeto são articuladas a partir de cinco eixos: formação e capacitação da equipe executora; capacitação de profissionais do SUS e SUAS dos municípios da AMCESPAR; produção de material didático acerca da notificação e prevenção da violência contra mulheres e divulgação das experiências realizadas por meio da publicação de trabalhos e da participação em eventos acadêmicos. A proposta surge de pesquisas anteriores, realizadas nos municípios de Irati e Inácio Martins-PR que já apontavam para a reduzida

<sup>3</sup> Embora Lugones (2014) utilize o termo “descolonial” com “s”, optamos neste trabalho pelo uso do termo “decolonial”, compreendendo que há diferenças, mas também convergências, sobretudo quando partimos das formulações do Grupo Modernidade-Colonialidade.

quantidade de notificações através da ficha do SINAN (Santos; Lourenço; Chimin; Silva, 2022).

A notificação é crucial no cuidado a famílias em situação de violência, oferecendo acolhimento, tratamento, seguimento na rede de cuidado e proteção social. Além disso, fornece dados para a vigilância epidemiológica, orientando ações de saúde na prevenção da violência e promoção da saúde (Brasil, 2016). O diálogo com profissionais da rede de combate à violência contra mulheres sobre o preenchimento desse instrumento visa acolher, identificar violências e oferecer assistência adequada.

Em um primeiro momento, as estudantes e profissionais do projeto discutiram acerca das pesquisas que já ocorriam sobre o tema, assim como foram realizadas discussões teóricas e metodológicas relacionadas à notificação. Na sequência, o contato com a gestão dos municípios participantes da pesquisa/extensão era feito inicialmente com o objetivo de contextualizar sobre o tema, por meio da apresentação de dados da pesquisa anterior; solicitar dados de registros de atendimento a mulheres em situação de violência para a pesquisa em andamento e oferecer trabalho conjunto a partir de encontros com as equipes de trabalhadoras/es, a fim de construir estratégias para registrar dados epidemiológicos a partir do preenchimento das fichas do SINAN. Foram realizados até o momento 7 encontros e atendidos 7 municípios, sendo alcançados cerca de 137 profissionais atuantes na rede de atendimento às mulheres das áreas da saúde, nas também assistência social e educação.

Essa metodologia de trabalho conflui com a proposta da metodologia decolonial, uma vez que as pesquisas não findam em si mesmas, mas articulam-se com a organização de processos coletivos produzidos socialmente com as instituições, visando à transformação social (Curiel, 2020). Ainda, essa concepção está em consonância com o princípio de interação dialógica inerente às diretrizes extensionistas. Tal princípio, como já mencionamos, parte da ideia de extensão como comunicação, desenvolvida por Paulo Freire (1985), afinal, a comunicação “implica numa reciprocidade que não pode ser rompida” (Freire, 1985, p. 45). Na sequência, discorreremos sobre os encontros realizados com as/os profissionais, procurando descrevê-los a partir das diretrizes extensionistas da FORPROEX.

## **Formação, capacitação: que nome dar a uma prática que se quer dialógica?**

A experiência relatada neste texto parte da discussão de uma ação/intervenção que toma como base eixos extensionistas que promovem a interdisciplinaridade, fomentam o compartilhamento de ideias e vivências, estimulam espaços de debate, incentivam a produção de conhecimento e a formação da equipe. Assim, no que se refere à preparação da equipe para atuação, foram estabelecidas algumas estratégias. Para além das discussões dos resultados das pesquisas já desenvolvidas, foram organizados dois grupos de estudos, que pretendem discutir o Feminismo Decolonial e suas metodologias. Em ambos os grupos, as discussões são conduzidas de forma horizontal, tendo como base a análise de textos que contribuam para a ampliação do entendimento sobre feminismos, decolonialidade e gênero, visando articular à prática extensionista. As discussões, compostas por grupos interdisciplinares, contribuem para desmistificar a noção de um saber universal, bem como compreender os processos como construções que impactam diretamente na experiência histórica, dado o seu contexto.

Partimos da noção de que o conhecimento produzido pela universidade em conjunto com as experiências e saberes da sociedade devem estar fundamentados na superação de problemas sociais.

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-se pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais (FORPROEX, 2012, p.16).

Dessa forma, ao promover diálogos horizontais relacionando os saberes, o espaço e significado de “formação” ou “capacitação” torna-se substituível por espaços de compartilhamentos. A própria etimologia da palavra “formação” se refere ao ato de formar alguém/grupos, supondo um saber universal. Diferentemente, pensar a ação extensionista, como cita Paulo Freire, não se refere ao sentido de estender os saberes e significados, mas pressupõe uma relação horizontal, na qual não há sujeitos passivos e nem sujeitos dominantes, há, na verdade, uma reciprocidade entre comunicadores em torno do “significado significante” (1985, p. 67). Assim, o uso dos termos “capacitação” e “formação” se torna incômodo, uma vez que nossa proposta não é uma transmissão unilateral, “mas um encontro em que se busca o conhecimento, e não em que este é transmitido» (Freire, 1985, p. 54).

A partir do autor e sua definição de comunicação como ato dialógico, percebemos que os “comunicantes”, como ele menciona, precisam comungar de um mesmo código linguístico (Freire, 1985). E isso não significa apenas falar a língua portuguesa, por exemplo, mas “falar a mesma língua”, como se diria no senso comum, diz respeito a um compartilhamento de significados, significantes e um mundo de sentidos. Por conseguinte, as trocas que se estabeleceram entre equipe dos projetos de pesquisa e extensão e profissionais da rede de atendimento às mulheres procuraram configurar-se numa mesma teia significativa, com sentidos muitas vezes em disputa, mas, principalmente, com a construção de um espaço de diálogo, a partir do qual foi possível elaborar estratégias de ação.

A Interação Dialógica contribui para relações transversais e transculturais, ou seja, que compreendem os contextos históricos, sociais e políticos que interferem na construção das subjetividades. O antropólogo José Jorge de Carvalho (2020), ao analisar bases de pensamento acadêmico nas universidades brasileiras, considera a necessidade da descolonização, uma vez que percebe uma lacuna com relação à própria formação e caracterização de ensino. “Não se trata mais de utilizar o espaço acadêmico apenas como um local protegido, separado e com liberdade de expressão para propor mudanças na sociedade – como se a sociedade estivesse do lado de fora dos campi [...]” (Carvalho, 2020, p. 81). É a partir dessa perspectiva que as ações do projeto buscam contribuir para a construção de uma formação acadêmica que tenha como objetivo a descolonização dos saberes e sua reverberação nas práticas.

Dessa forma, é possível considerar como um retorno social os efeitos dos projetos de pesquisa e extensão na formação das estudantes extensionistas e também pesquisadoras. Na literatura e, conforme as próprias experiências dos projetos, observa-se uma lacuna na graduação e também na formação continuada das/os profissionais quando se trata do tema da violência contra as mulheres.

Os resultados de uma pesquisa realizada em 2015 (Cordeiro *et al.*, 2015) com profissionais de saúde apontaram que, durante a formação acadêmica de graduação e pós-graduação, estudos sobre violência doméstica contra as mulheres foram pouco abordados e, quando o foram, tratou-se de forma superficial. Segundo o mesmo estudo, no que se refere à educação continuada, o tema também não é alvo das capacitações ou reuniões: dos 35 profissionais entrevistados, apenas 6 declararam já ter realizado a notificação via ficha do SINAN.

Outros estudos vão na mesma direção, como é o caso de Silva *et al* (2019) e Ávila (2017), que também encontraram um cenário em que profissionais da saúde, que são os que devem preencher a ficha compulsoriamente, muitas vezes não têm nem mesmo conhecimento sobre a ficha ou ainda possuem dúvidas e dificuldades relacionadas ao processo do preenchimento, o que faz com que as/os profissionais não realizem a notificação no dia a dia de trabalho.

Bento *et al* (2014) discutem algumas dessas dificuldades que profissionais encontram para realização desse preenchimento. A primeira delas seria a forma como a ficha estava inserida no serviço, cada local possuía um protocolo diferente sobre quem seria encarregado pelo preenchimento, qual seria o momento correto para fazê-lo, como registrar e fazer o controle das fichas. Esse estudo também aponta que muitas/os profissionais de saúde não conheciam a ficha, sendo que, na maioria dos casos, quem realizava o preenchimento eram as profissionais de enfermagem do serviço, as quais enfatizavam que outras/os profissionais também deveriam se responsabilizar pelo preenchimento, pois a centralização acaba por sobrecarregar essa categoria de trabalhadoras.

O segundo ponto está relacionado ao formato e ao conteúdo da ficha. Segundo participantes

da pesquisa, a ficha é muito extensa e ainda traz perguntas delicadas e constrangedoras. As/os profissionais referem sentirem constrangimento ao ter que perguntar sobre coisas mais específicas e íntimas relacionadas à violência (Bento, et al. 2014).

Tendo em vista esse cenário, observamos nas ações desenvolvidas no projeto de extensão, a necessidade de promover atendimentos baseados no acolhimento, compreendendo os mecanismos que envolvem a violência contra as mulheres. Durante os encontros, uma das questões levantadas foi a frustração de profissionais da rede em relação à dificuldade que as mulheres enfrentam para romper com relações abusivas. Muitas vezes, relatam atender o mesmo caso repetidamente. Nesse contexto, a equipe executora propõe diálogos que buscam uma compreensão mais profunda dos processos presentes nas relações violentas. Isso inclui entender as questões emocionais, financeiras e psicológicas que se apresentam como obstáculos para que a vítima consiga encontrar uma saída efetiva dessas situações. Compreender o fenômeno na sua complexidade e especificidade é fundamental para oferecer às vítimas um atendimento acolhedor, humanizado e seguro, livre de julgamentos (Narvaz; Koller, 2006).

Considerando esses aspectos, é que os encontros focam não apenas no preenchimento da ficha, mas trabalham questões como acolhimento, forma de abordagem de temas sensíveis, que passam por estigmas sociais e formas de encaminhamento da situação, através da articulação com a rede de enfrentamento à violência doméstica dos municípios. Com esse propósito, além de elaborar materiais que auxiliem na condução dos diálogos, estabelece-se um ambiente aberto no qual as/os profissionais da rede de enfrentamento se sintam encorajadas/os a contribuir e discutir com a equipe do projeto questões específicas do município, bem como os desafios enfrentados na prática diária de trabalho. Assim, esperamos fugir da dinâmica da “capacitação”, promovendo um espaço dialógico que possamos chamar, de fato, de “encontro”.

Esses encontros partem desde a preparação de uma discussão interdisciplinar, envolvendo as legislações que regulamentam a proteção às vítimas de violência, temas sobre a saúde mental de mulheres que se encontram nessa situação, a historicidade das relações de gênero e especificidades do preenchimento da ficha. A equipe, sendo formada por acadêmicas, profissionais e orientadoras das áreas de Engenharia Ambiental, Psicologia e História, fortalece as possibilidades de ampliar as ações visando à compreensão da problemática da violência doméstica contra as mulheres a partir de diferentes contextos.

Dado isso, os encontros se organizam a partir de falas iniciais que têm como base caracterizar as violências e entendê-las por meio de exemplos específicos, também alertar para a necessidade de romper com a subnotificação, entendendo que a responsabilidade de notificar os casos de violência doméstica contra as mulheres é de todas/os cidadãs/ãos e, principalmente, de trabalhadoras/es que atuam diretamente com esses casos (Brasil, 2003). Nesse diálogo com as/os profissionais, é destacado que a notificação deve acontecer quando há confirmação ou suspeita dos casos (Brasil, 2019).

Esse formato é pensado para construção de forma colaborativa, pois cada município tem sua especificidade e, como discutimos anteriormente, considerando as metodologias decoloniais que orientam as ações do projeto, entendemos que a produção do conhecimento ocorre na experiência vivida. Dessa forma, as/os trabalhadoras/es estão em uma posição chave de produção de conhecimento sobre seu próprio processo de trabalho, sobre o funcionamento do serviço em que atuam e a realidade da região.

Assim, configura-se uma articulação interprofissional e intersetorial visto que, em sua maioria, os encontros são realizados com trabalhadoras/es de diferentes de áreas de atuação e de vários setores que compõem a rede de enfrentamento à violência doméstica nos municípios. Portanto, o diálogo é realizado de forma conjunta e articulada por atrizes/atores da rede que falam de lugares diferentes de atuação e podem contribuir para um debate mais amplo e aprofundado sobre o tema abordado.

Por fim, as ações caminham para o eixo extensionista relacionado à busca pela transformação social. Compreendemos que essa transformação no cenário da violência contra as mulheres deve ser pautada na construção de espaços de discussão e possibilidades de superação do fenômeno por meio da prevenção e de uma atuação que leve em conta a complexidade do fenômeno. Desse modo, os encontros baseados no princípio da comunicação horizontal permitem, a partir dos

contextos nos quais os municípios se inserem, a criação de mecanismos que contribuam para o objetivo central dos projetos: a prevenção e a notificação dos casos.

## Considerações finais

A violência contra as mulheres é um fenômeno histórico e social, sendo categorizado pela Organização Mundial da Saúde (2018) como uma questão de saúde pública. Embora medidas legislativas tenham sido adotadas e tenham tido impacto direto para mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e a Lei do Feminicídio (Brasil, 2015), sua eficácia depende da implementação de estratégias efetivas de prevenção e assistência a mulheres em situação de violência.

Na intenção de reduzir os índices, é crucial articular a prevenção como um elemento central. Isso implica na criação e disseminação de projetos que tenham como base a identificação, caracterização e a compreensão da complexidade do fenômeno.

A prevenção demanda esforços interdisciplinares, que abarquem desde o enraizamento histórico e cultural da violência de gênero, até os efeitos práticos das violências. O projeto de extensão apresentado promove encontros com profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social, buscando compreender os contextos de cada município com relação a essa demanda e encontrar estratégias eficazes de prevenção e visibilização do fenômeno.

A falta de dados revela uma lacuna, uma vez que a violência é uma realidade subnotificada, o que implica em dificuldades para a criação e implementação de políticas públicas voltadas às demandas específicas de cada município, pois, não havendo notificações sugere-se que a violência não acontece. Contudo, sabemos que o Brasil ocupa o 5º lugar no *ranking* de países com maiores índices de feminicídio (Waiselfsz, 2015), indicando que o fenômeno é mais frequente do que aparenta.

Tendo em vista as ações que já foram realizadas e os objetivos apresentados, concluímos que houve desdobramentos que impactaram os processos de formação acadêmica e profissional no sentido de aproximação com os temas relevantes que envolvem a violência contra mulheres, além de estimular debates acerca dessa questão.

Os momentos de discussão com os/as profissionais da rede de enfrentamento dos municípios funcionaram como espaços de troca de saberes e sustentaram a realização de pesquisas e intervenções, visto que a cada encontro era possível serem sanadas dúvidas e produzidos caminhos para lidar com as questões emergentes do dia a dia do trabalho, tanto para a equipe executora quanto para as/os profissionais da rede. A interação dialógica era discutida pela equipe executora como um princípio organizador das ações, de forma a superar a dicotomia e hierarquia entre universidade e público-alvo/comunidade.

Na intenção de construir ações que tenham como objetivo contribuir para o impacto e transformação social com relação à prevenção à violência contra mulheres, o projeto de extensão, alinhado aos eixos da FORPROEX (2012) busca promover encontros em que a interação dialógica seja a base para a construção de formas de enfrentamento da violência partindo da ideia de que “na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam com seu conteúdo” (Freire, 1985, p.45).

Dado isso, a equipe interdisciplinar, articulada de forma intersetorial, permite pensar a violência a partir de diferentes contextos e áreas do conhecimento, buscando soluções que compreendam a complexidade do fenômeno. As práticas desdobram-se tanto em ações de extensão como também em pesquisas. Essas práticas contribuem para a formação, tanto de acadêmicas, quanto da equipe executora, buscando promover reflexões sobre práticas e vivências alinhadas à produção de conhecimentos com base na experiência, em alinhamento com as perspectivas decoloniais.

## Referências

ÁVILA, T. A. P. **Mulheres e violências: interseccionalidades** / Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela,-- Brasília, DF : Technopolitik, 2017. Disponível em: <<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/35386>>. Acesso em 15 dez. 2023.

BANDEIRA, M. L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>

BENTO, S. F.; SOUSA, M. H.; OSIS, M. J. D.; FAÚNDES, A. Dificuldades de profissionais de saúde do Estado de São Paulo com o preenchimento da ficha de notificação compulsória dos casos de violência sexual contra mulheres. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 15, n. 1, p. 29-35, 2014. DOI: <https://doi.org/10.52753/bis.v15i1.37398>

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Relatório: O poder judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha ano 2022**. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/relatorio-violencia-domestica-2023.pdf>>. Acesso em 15 dez.2023.

BRASIL, **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)> Acesso em 15 dez.2023.

BRASIL, **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Presidência da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm)> Acesso em 15 dez.2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. (2016). **VIVA: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências**. 2, 92. Disponível em: <[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_instrutivo\\_violencia\\_interpessoal\\_autoprovocada\\_2ed.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf)> Acesso em 15 dez.2023.

BRASIL. **Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.778.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm)> Acesso em 15 dez.2023.

BRASIL: **Lei nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019**. Altera a lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. Presidência da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13931.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.931%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202019&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.778,do%20par%C3%A1grafo%205%C2%BA%20do%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13931.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.931%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202019&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.778,do%20par%C3%A1grafo%205%C2%BA%20do%20art.)>. Acesso em 15.dez.2023.

BRASIL. **Lei nº 14.232**. Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO). Brasil, 2021. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14232.htm#:~:text=para%20Assuntos%20Jur%C3%ADdicos-,LEI%20N%C2%BA%2014.232%2C%20DE%2028%20DE%20OUTUBRO%20DE%202021,par%C3%A1grafo%205o%20do%20art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14232.htm#:~:text=para%20Assuntos%20Jur%C3%ADdicos-,LEI%20N%C2%BA%2014.232%2C%20DE%2028%20DE%20OUTUBRO%20DE%202021,par%C3%A1grafo%205o%20do%20art.)>Acesso em 15 dez 2023.

BRASIL. **Nota Técnica nº 62/2022**-CGDANT/DAENT/SVS/MS. Trata-se de informações sobre o escopo, preenchimento e fluxo das notificações de violências interpessoais e autoprovocadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Brasil, 2022. Disponível em: <<https://>

[www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-no-62-2022-cgdant-daent-svs-ms/view](http://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-no-62-2022-cgdant-daent-svs-ms/view).>Acesso em 15 dez 2023.

CARVALHO, J.J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., GROSFOGUEL, R. (org). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, p. 79-106.

CARVALHO, F. M.; LAGUARDIA, J.; DESLANDES, S. F. Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, 2022, p. 1273-1287. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/gqsfZP3BmhDKZcvrtmdkPYy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 dez 2023.

CORDEIRO, K. C. C.; SANTOS, R. M.; GOMES, N. P.; MELO, D. S.; MOTA, R. S.; COUTO, T. M. Formação Profissional e Notificação da Violência Contra a Mulher. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 29, n. 3, p. 209–217, 2015. DOI: <https://doi.org/10.18471/rbe.v29i3.13029>

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. de (Orgs.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-138.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015>

FERREIRA, M. F. F.; KIND, L. ORSINI, M. L. P.; NEPOMUCENO, V. GONÇALVES, L. SOUZA, G. A. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 1805-1815, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00096312>

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FORPROEX - Fórum De Pró-Reitores De Extensão Das Instituições De Educação Superior Públicas Brasileiras Plano Nacional De Extensão Universitária. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>> Acesso em 15.dez.2023.

LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <[https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4\\_Lander.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf)>. Acesso em 15.dez.2023.

LUGONES, M. “Rumo a um feminismo descolonial”. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento. **Estudos Feministas**, vol. 22, n. 3, p. 935-952, set-dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MARTINS, P. H.; BENZAQUEN, J. F. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 11, p. 10-31, 2017. Disponível em: <<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais/article/view/1882/482482516>>. Acesso em 15.dez.2023.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional, Vitória da Conquista**, v. 17, n. 48, p.

60-77, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, [S. l.], v. 37, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1405>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Violência contra as mulheres**. Brasília, DF: OMS/OPAS, 2018. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>>. Acesso em 15.dez.2023.

SANTOS, K. A. dos; LOURENÇO, A.; CHIMIN, A. B.; SILVA, P. M. da. **Violência contra a mulher em Irati-PR**: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento. Relatório de Pesquisa, Cnpq, 2022.

SILVA, M. C.; CRUZ, N. P. S.; SANTOS, H. L.; OLIVEIRA, C. M. Preenchimento da ficha de notificação compulsória de violência interpessoal e autoprovocada: desafios enfrentados pelo profissional de Saúde. *REVISTA HUM@NAE*, v. 13, n. 2, 2019.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em 15 dez 2023.

Recebido em 25 de janeiro de 2024.  
Aceito em 21 de março de 2024.